

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN AOS CONCEITOS DE “EFICIÊNCIA” E “EQUIDADE”

Daniele Neuberger*
Solange Regina Marin**

RESUMO: A forma como se entendem os objetivos de eficiência e equidade na economia do bem-estar está fortemente ancorada aos conceitos de utilidade e otimalidade de Pareto. Assim, a eficiência econômica é identificada com a eficiência no sentido de Pareto, e não incorpora questões distributivas. A equidade, por sua vez, depende da forma como os economistas interpretam o bem-estar, podendo referir-se à igualdade entre as utilidades marginais ou à igualdade de rendimentos entre os indivíduos. O principal objetivo do presente estudo é apresentar algumas críticas e contribuições do economista e filósofo Amartya Sen aos conceitos de eficiência e equidade em economia. De acordo com este autor, a análise de ambos os conceitos pode ser enriquecida a partir de uma aproximação entre a Ética e a Economia. Para isso, o autor sugere uma abordagem pluralista, que incorpore as noções de direitos e liberdades dos indivíduos, em substituição à abordagem monista da utilidade.

PALAVRAS-CHAVE: eficiência, equidade, utilitarismo, funcionamentos, capacitações.

CLASSIFICAÇÃO JEL: D63; H21.

1 INTRODUÇÃO

Na forma como usualmente são compreendidos, os objetivos da eficiência e da equidade na Ciência Econômica constantemente entram em conflito, ou seja, formam um *trade-off*: a implementação de uma medida destinada a aumentar um dos objetivos pode resultar na queda do outro (LE GRAND, 1991).

Samuelson (1972) expressa a relação entre eficiência e equidade no sistema econômico como um *trade-off*: “Os seus defensores [da equidade] estão dispostos a pagar determinado preço na forma de menor eficiência e maior desperdício, a fim de provocar uma distribuição ‘mais justa’ da renda” (SAMUELSON, 1972, p. 587).

A economia do bem-estar tradicional é fortemente ancorada ao utilitarismo e à otimalidade de Pareto. De acordo com a abordagem utilitarista clássica, o bem-estar dos indivíduos é obtido quando cada um, individualmente, maximiza a própria utilidade, e o bem-estar social é resultante da maximização da soma das utilidades individuais. A otimalidade de Pareto, por sua vez, entende que um ótimo de Pareto é alcançado quando a situação de nenhum indivíduo pode ser melhorada, sem piorar a situação de outro indivíduo. Desta forma, a interpretação dos conceitos de eficiência e de equidade em economia é fortemente condicionada à análise utilitarista e à Pareto-otimalidade.

As duas principais definições de eficiência empregadas em economia são a eficiência técnica e a eficiência econômica. De acordo a primeira delas, não é possível gerar mais de um determinado produto sem que seja produzida menor quantidade de algum outro produto. De acordo com a segunda definição, também denominada “otimalidade de Pareto”, a condição de qualquer indivíduo não pode ser melhorada sem que a condição de qualquer outro indivíduo piore (SEN, 2008, p. 37).

O objetivo da equidade, por sua vez, não recebe muita atenção por parte da economia do bem-estar, uma vez que a noção de otimalidade de Pareto não incorpora questões distributivas. Ao se interpretar o bem-estar como sendo a maximização das utilidades, a equidade utilitarista é entendida como a necessidade de igualar as utilidades marginais de cada indivíduo. Por outro lado, quando o bem-estar é identificado com a renda, a equidade é interpretada como a igualdade de rendimentos entre todos os indivíduos.

O economista e filósofo indiano Amartya Sen critica esta interpretação tradicional que a economia do bem-estar confere aos conceitos de eficiência e equidade. O principal objetivo do presente artigo é, portanto, apresentar

* Professora da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

** Professora Associada da Universidade federal de Santa Maria - UFSM

algumas das contribuições deste autor aos conceitos mencionados, procurando demonstrar que ambos podem ser enriquecidos através da abordagem dos funcionamentos e das capacitações. Esta abordagem é entendida como pluralista, por incorporar os direitos e as liberdades humanas à noção de bem-estar, contrapondo-se à abordagem da utilidade, considerada monista, por levar em conta apenas a utilidade como critério de avaliação do bem-estar.

O presente estudo justifica-se diante da importância de enriquecer os conceitos de eficiência e equidade da abordagem tradicional da economia do bem-estar através da aproximação com a abordagem moral e ética de Amartya Sen. Além disso, justifica-se diante da importância de demonstrar que o aparente *trade-off* entre tais objetivos pode depender da forma como ambos são interpretados, principalmente se uma abordagem moral e ética é levada em conta. Sen (1985) argumenta que, dada a incompletude de nossa classificação moral, ter de decidir entre um ou outro objetivo não significa que o objetivo escolhido seja o melhor, dentre um conjunto de alternativas viáveis. Apresenta-se, assim, o seguinte problema de pesquisa: de que forma os conceitos de *equidade* e *eficiência* da economia tradicional podem ser enriquecidos com uma aproximação com a abordagem ética e moral de Amartya Sen?

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na seção dois são apresentadas as noções tradicionais da eficiência e da equidade em economia, através da economia do bem-estar. Na seção três são trazidas algumas críticas de Amartya Sen ao conceito tradicional de eficiência, bem como algumas contribuições do mesmo autor a este conceito. Na quarta seção são abordadas algumas contribuições de Amartya Sen a fim de enriquecer o conceito de equidade. A seção seis apresenta as considerações finais do trabalho.

2 EFICIÊNCIA E EQUIDADE NA ABORDAGEM TRADICIONAL: A ECONOMIA DO BEM-ESTAR

Conforme Varian (2003), o princípio de eficiência em economia - um critério útil para comparar os resultados de diferentes instituições econômicas – é o da eficiência de Pareto³. De acordo com o autor, este princípio sustenta que um ótimo de Pareto é alcançado quando a situação de nenhum agente pode ser melhorada sem que se piore a situação de outro agente qualquer.

Se pudermos encontrar uma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de nenhuma outra, teremos uma melhoria de Pareto. Se uma alocação permite uma melhoria de Pareto, diz-se que ela é ineficiente no sentido de Pareto; se a alocação não permitir nenhuma melhoria de Pareto, então ela é eficiente no sentido de Pareto (VARIAN, 2003, p. 15).

A otimalidade de Pareto é uma das pedras angulares da economia do Bem-Estar. A economia do bem-estar justifica as ações individuais em função do bem-estar individual: as pessoas buscam o que é bom para elas. Por muito tempo, esta teoria esteve ancorada ao *utilitarismo*, identificando o bem-estar das pessoas de acordo com a utilidade que cada ação lhes proporciona (HAUSMAN E MCPHERSON, 2006). Varian (2003) esclarece que, na era vitoriana, tanto os filósofos quanto os economistas “referiam-se alegremente à utilidade”, pois esta era um indicador do bem-estar geral de uma pessoa: “A utilidade era tida como a medida numérica da felicidade do indivíduo. Dada essa ideia, era natural imaginar consumidores fazendo escolhas que maximizassem sua utilidade, ou seja, que os fizessem o mais felizes possível” (VARIAN, 2003, p. 56).

O conceito de utilidade foi relacionado à diferença entre o prazer (ou felicidade) e a dor (ou sofrimento). De acordo com Jevons (1983): “[...] O objeto da Economia é a maximização da felicidade por meio da aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos do sofrimento” (JEVONS, 1983, p. 38). E ainda: “... usando-se o termo *utilidade* para significar a qualidade abstrata que torna um objeto apropriado para nossos fins, caracterizando-o como um bem. Tudo o que é capaz de gerar prazer ou evitar sofrimento pode possuir utilidade” (JEVONS, 1983, p. 47).

³ De acordo com Varian (2003), a expressão “eficiência de Pareto” alude “ao economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), que foi um dos primeiros a examinar as implicações do conceito de eficiência” (VARIAN, 2003, p. 15).

Segundo Varian (2003), de acordo com a teoria do bem-estar, através da maximização da utilidade individual é obtido o máximo de utilidade social: “Assim, uma forma de obter preferências sociais a partir das preferências individuais é somar as utilidades individuais e usar o número resultante como um tipo de utilidade social” (VARIAN, 2003, p. 635). De acordo com esta interpretação, o comportamento individual regido pelo auto-interesse pode resultar em bem-estar social⁴.

Desta forma, a eficiência de Pareto foi concebida como um critério de avaliação de bem-estar social, pois através dos Teoremas da Economia do Bem-Estar, Pareto sustentou que “todo equilíbrio geral de economias em concorrência perfeita, independentemente da distribuição inicial de recursos, maximiza o bem-estar da sociedade” (GARCIA, 1996, P. 13). Assim, havendo um ótimo social, a soma das utilidades individuais resultaria no maior valor possível, se tal valor pudesse ser calculado.

Mais recentemente foi apresentada uma instrumentalização do conceito original de eficiência de Pareto, conhecida como “eficiência potencial de Pareto” ou “eficiência Hicks-Kaldor”. Esta instrumentalização oferece a possibilidade de os ganhadores compensarem os perdedores em uma alocação de bens, ainda que efetivamente não o façam. Este critério admite a existência de uma mudança social eficiente mesmo quando o aumento do bem-estar de uma parte resulta na redução do bem-estar de outra, desde que o nível de satisfação dos perdedores possa ser compensado (NIED, 2012).

De acordo com Hausman e McPherson (2006), dada a sua teoria do bem-estar, os economistas do *mainstream* avaliam instituições econômicas, políticas e resultados perguntando-se se estes deixam as pessoas em melhor situação, ou seja, se satisfazem preferências. Porém, como afirmam os autores, um dos problemas de se entender o bem-estar como satisfação de preferências, é a impossibilidade de realizar comparações interpessoais. Então, como economistas podem avaliar os resultados de uma política ou instituição econômica se não podem comparar o quão bem satisfeitas estão as preferências dos diferentes indivíduos?

Nos últimos anos, portanto, economistas sempre consideram comparações interpessoais de preferências como juízos de valor subjetivos, não testáveis e cientificamente ilegítimos⁵. Isto enfraquece a possibilidade de desenvolver uma teoria ética que possa englobar outras dimensões de avaliação moral, como a liberdade, os direitos, a igualdade ou a justiça, uma vez que todas estas dimensões preocupam-se com o peso das reivindicações das diferentes pessoas. Avaliando políticas ao longo de uma única dimensão, o bem-estar (entendido como satisfação de preferências), os economistas sentem-se livres para ignorar as questões morais e exagerar o peso de sua própria avaliação (HAUSMAN E MCPHERSON, 2006, p. 136).

Devido ao afastamento da economia do bem-estar das questões éticas e morais, o filósofo e economista Amartya Sen apresentou diversas críticas à economia do bem-estar e à identificação da eficiência econômica com a otimalidade de Pareto. Algumas destas críticas são apresentadas na próxima seção, juntamente com algumas contribuições realizadas pelo autor ao conceito de eficiência econômica, na tentativa de torná-lo mais plural.

3 CRÍTICAS E CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN À NOÇÃO DE EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Sen (2008) questiona a validade do critério tradicionalmente adotado pelos economistas para avaliar o bem-estar: a utilidade. De acordo com o autor, para a economia do bem-estar nada além da magnitude da soma total da

⁴ O comportamento individual regido pelo auto-interesse é questionado por Sen (2008), como poderá ser observado na próxima seção.

⁵ Conforme GARCIA (1996), “o critério proposto por Pareto revelou os limites entre os quais é possível estabelecer comparações de bem-estar social, sem o recurso a valores morais. Aplicando esse critério a Economia Política preservaria, enquanto ciência, sua neutralidade ética” (GARCIA, 2006, p. 13).

utilidade possui valor intrínseco, o que é uma interpretação muito restrita. Sen (1985) também discute as limitações do conceito de utilidade, pois, de acordo com o autor, este ignora todas as outras informações por serem “não-utilitárias”:

It is, of course, true that utilitarianism values states of affairs in an informationally limited way, attaching no intrinsic importance to nonutility information about states, and thus *inter alia* ignoring actions too – except as variables for causal analysis (in linking utility to objects that yield utility), or perhaps as surrogates for utility (when utility information is hard to get) (SEN, 1985, p. 182).

Sen (1985, 2008) contesta tanto a ideia de a utilidade ser identificada como bem-estar, quanto a ideia de que somente o bem-estar individual de uma pessoa é importante para ser avaliado: “*i*) o bem-estar não é a única coisa valiosa; *ii*) a utilidade não representa adequadamente o bem-estar” (SEN, 2008, p. 63).

Assim, conforme Sen (1985, 2008) é discutível a ideia de julgar o bem-estar de uma pessoa exclusivamente pela sua felicidade ou pela satisfação de seus desejos. Como exemplo, o autor menciona que uma pessoa que teve uma vida repleta de infortúnios e ausência de oportunidades é mais suscetível a conformar-se com as privações que lhe possam ser impostas do que uma pessoa que viveu em circunstâncias mais afortunadas. “Esse problema específico da influência de circunstâncias contingentes sobre a métrica da utilidade é apenas um reflexo de um problema mais básico: a insuficiente profundidade do critério da utilidade ao julgar-se o bem-estar da pessoa” (SEN, 2008, p. 62). Isto leva Sen e Williams (1983) a afirmar que o utilitarismo ofereceu soluções parciais e insatisfatórias aos problemas relacionados ao bem-estar.

Outra crítica de Sen e Williams (1983) ao utilitarismo refere-se ao fato de que este, segundo os autores, possui uma noção extremamente estreita das pessoas, na medida em que são vistas apenas como “locais de suas respectivas utilidades (SEN e WILLIAMS, 1983, p. 04). Esta métrica impessoal do critério da utilidade, conforme os autores, negligencia a autonomia das pessoas e não se interessa pela sua integridade⁶.

Apesar de o bem-estar ser importante, é contestável a ideia de que o êxito de uma pessoa possa ser julgado exclusivamente em termos de seu bem-estar: “So the question is not whether well-being is an intrinsically important variable for moral analysis, but whether it is uniquely so” (SEN, 1985, p. 186). Isto ocorre porque esta pessoa pode atribuir importância à ocorrência de determinados eventos que não estão relacionados à promoção de seu próprio bem-estar. Assim, Sen (1985, 2008) distingue o aspecto de “bem-estar” e o aspecto “agência” dos indivíduos, sendo que este último abrange considerações acerca da autonomia, liberdade pessoal e obrigações morais das pessoas, indo muito além das considerações a respeito do bem-estar⁷.

At the risk of oversimplification it can be said that the well-being aspect of a person is important in assessing a person's advantage, whereas the agency aspect is important in assessing what a person can do in line with his or her conception of the good. The ability to do more good need not be to the person's advantage (SEN, 1985, p. 206).

Para isso, Sen (1985) destaca também a importância da liberdade para perseguir o bem-estar: a liberdade de bem-estar. “It concentrates on a person's capability to have various functioning vectors and to enjoy the corresponding well-being achievements” (SEN, 1985, p. 203). De grande importância, também, é a “liberdade de agência” dos indivíduos, que se refere ao que a pessoa é livre para fazer e alcançar, em busca de qualquer objetivo ou qualquer valor que ela considere importante (SEN, 1985, p. 204).

⁶ Fazendo uso da analogia utilizada pelos autores: no utilitarismo, as pessoas não importam como indivíduos mais do que tanques de gasolina importam no consumo de gasolina (SEN E WILLIAMS, 1983, p. 04).

⁷ De acordo com Sen (2008), dado que se pode ver uma pessoa tanto em termos de sua condição de agente como em termos de bem-estar, esta dicotomia se perde em modelos nos quais a motivação é baseada unicamente no auto-interesse, pois a condição de agente do indivíduo é voltada para o seu próprio bem-estar. Assim, o autor argumenta que quando se remove o pressuposto do auto-interesse, é possível reconhecer a condição de agente de uma pessoa, a qual pode ser orientada por considerações que vão bastante além do seu próprio bem-estar.

The autonomy of the agency aspect of a person, which has the effect of making WAIF (well-being as informational foundation) an inadequate basis for substantive moral reasoning, also has the result that the well-being aspect of a person must be seen in terms of freedom as well as actual achievement (SEN, 1985, p. 203).

Sen (1985, 2008) elenca quatro categorias distintas como importantes a respeito de uma pessoa: “realização de bem-estar”, “realização da condição de agente”, “liberdade de bem-estar” e “liberdade da condição de agente”, representando uma multiplicidade de informações eticamente relevantes. Conforme o autor, é necessário atribuir importância tanto ao bem-estar quanto à condição de agente de determinado indivíduo, e considerar cada qual tanto em termos de realização, quanto em termos de liberdade.

Esta multiplicidade informacional representa uma concepção “pluralista” dos valores relevantes e contrasta com a abordagem utilitarista, segundo a qual todas as informações são reduzidas a uma magnitude homogênea: a utilidade. Desta forma, a abordagem utilitarista é entendida como uma concepção “monista” e de parcimônia informativa, por considerar apenas a utilidade como intrinsecamente valiosa (SEN, 1985, 2008)⁸.

Sen (2008) esclarece que a eficiência econômica, entendida como a otimalidade de Pareto, herdando do utilitarismo o julgamento de que apenas a utilidade é valiosa, acabou deixando em aberto dois importantes critérios de avaliação moral: a liberdade e os direitos. “Não se pode duvidar de que a questão dos direitos e da liberdade crava um importante ponto de interrogação na abordagem do utilitarismo e da otimalidade de Pareto” (SEN, 2008, p. 66).

Na forma clássica do utilitarismo, desenvolvida por Jeremy Bentham, utilidade é definida como prazer, felicidade ou satisfação, e tudo se reduz a estes estados mentais. A liberdade individual e a realização ou violação de direitos estabelecidos não são incluídos na estatística do prazer (SEN, 2000, p. 16).

Conforme explica Sen (2008), embora em economia seja recorrente o uso do conceito de direitos, estes foram vistos, pelo utilitarismo, como sendo apenas instrumentos para a obtenção de utilidades. Assim, esta tradição foi levada adiante mesmo na fase pós-utilitarista da economia do bem-estar, concentrando-se na otimalidade de Pareto. O autor afirma que é devido a isso que a concepção de que os direitos não são intrinsecamente importantes está arraigada à economia até os dias atuais.

Sen e Williams (1983) exemplificam a incompatibilidade do utilitarismo e da otimalidade de Pareto com os direitos: Supõe-se que um indivíduo A não queira ler determinado livro e que a sua utilidade seja aumentada se o indivíduo B também não o ler. De acordo com os autores, embora esta situação esteja em conformidade com os princípios utilitaristas, o indivíduo A está interferindo no direito de o indivíduo B ter acesso à leitura (SEN e WILLIAMS, 1983, p. 06-07).

Na concepção utilitarista, os direitos de diferentes pessoas são mesclados sob uma magnitude homogênea, a utilidade. Em uma abordagem pluralista, por outro lado, cada um dos diferentes direitos dos diferentes indivíduos é visto como tendo um valor moral intrínseco (SEN e WILLIAMS, 1983, p. 19).

Da mesma forma que os direitos, também a liberdade foi considerada, pela economia do bem-estar, como valiosa apenas instrumentalmente, e não intrinsecamente (SEN, 2008)⁹. Por outro lado, quando se analisa, além da condição de bem-estar, também a condição de agente de determinado indivíduo, automaticamente se está dando relevância ao valor da liberdade.

⁸ Sen e Williams (1983) advertem que um dos argumentos utilizados na defesa do utilitarismo é o fato de que a maximização de uma magnitude homogênea oferece um padrão de consistência que pode não ser alcançável por uma teoria moral pluralista, uma vez que esta requereria maximização de várias grandezas distintas simultaneamente, podendo implicar em inconsistência. Conforme os autores, porém, este não é um problema relacionado ao pluralismo moral, mas à forma incoerente como a maximização é tratada.

⁹ De acordo com Sen (2008), um objetivo tem valor instrumental se serve apenas como “instrumento” para alcançar outro. Ter valor intrínseco, por outro lado, significa ter valor por si só, ou seja, ser um “fim” e não apenas um “meio”.

De fato, como afirma Sen (2008), quando se avalia o bem-estar e a condição de agente de uma pessoa, pode-se dizer que as vantagens que esta pessoa possui são muito mais representadas pelas *liberdades* ou *oportunidades* do que pelo que a pessoa de fato é capaz de realizar com base nestas liberdades. “A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização, mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado” (SEN, 2008, p. 76).

As liberdades dos diferentes indivíduos estão diretamente relacionadas ao conceito de *funcionamentos*. De acordo com Sen (1985, 2000), os funcionamentos de uma pessoa são a forma como ela pode “funcionar”, ou seja, podem ser atividades – como comer ou ler um livro – ou estados de existência – como estar bem alimentado, estar livre de malária ou não ter vergonha de aparecer em público. Desta forma, o autor entende que a característica central do bem-estar deve ser a capacidade de realizar funcionamentos valiosos, e considera esta abordagem uma concepção pluralista de valores, uma vez que ela valoriza os aspectos que são mais importantes para cada indivíduo.

Os funcionamentos individuais podem garantir comparações interpessoais mais fáceis do que as comparações de utilidades. Muitos funcionamentos podem ser vistos separadamente das suas apreciações mentais. A diversidade da conversão de meios em fins reflete-se já na extensão das realizações e liberdades que podem constar de uma lista de fins (SEN, 2000, p. 22).

Para uma pessoa poder “funcionar” adequadamente, ela precisa ter à sua disposição um conjunto de *capacitações*¹⁰. De acordo com Sen (2000), o “leque de capacitações” de uma pessoa consiste nos vetores de funcionamento alternativos, entre os quais esta pessoa tem a possibilidade de escolher.

Por fim, Sen (2008, 1985) critica a otimalidade de Pareto por tratar-se de um critério muito estreito e limitado de bem-estar, que se omite em relação às questões distributivas: “Um estado pode estar no ótimo de Pareto havendo algumas pessoas na miséria extrema e outras nadando em luxo, desde que os miseráveis não possam melhorar suas condições sem reduzir o luxo dos ricos” (SEN, 2008, p. 48).

It is, in fact, not surprising that the relevance of equality in moral valuation cannot be settled without assessing equality itself. The informational foundation of well-being yielded by WAIF (well-being as informational foundation) leaves it open how the well-being of different people are to be combined in assessing states and actions (SEN, 1985, p. 194).

Desta forma, na próxima seção serão trazidas algumas contribuições de Amartya Sen ao conceito de equidade na ciência econômica, uma vez que a otimalidade de Pareto não leva em considerações as questões distributivas.

4 AS CONTRIBUIÇÕES DE AMARTYA SEN À NOÇÃO DE EQUIDADE

No que tange à equidade, Sen (1979) também critica a economia tradicional por tratar o bem-estar como satisfação de utilidades. De acordo com o autor, a equidade utilitária é a igualdade do conceito utilitarista, aplicado aos problemas de distribuição. O objetivo do utilitarismo clássico é maximizar a soma da utilidade, independente da distribuição e, para isso, a utilidade marginal de todos os indivíduos deve ser igualada. “According to one interpretation, this equality of marginal utility embodies equal treatment of everyone’s interests” (SEN, 1979, p. 199). O argumento do autor é que tratar todos os indivíduos como iguais é simplificar a questão da equidade:

The recognition of the fundamental diversity of human beings does, in fact, have very deep consequences [...] If human beings are identical, then the application of the prior-principle of universalizability in the form of “giving equal weight to the equal interest of all parties” simplifies enormously. Equal marginal utilities of all - reflecting one interpretation of the equal treatment of needs - coincides with equal total utilities - reflecting one interpretation of serving their overall interests equally well (SEN, 1979, p. 202).

¹⁰ Tanto o conceito de *funcionamentos* quanto o de *capacitações* serão apresentados com maior rigor na próxima seção.

Sen (1979) apresenta um exemplo para demonstrar que a equidade utilitária, ao tratar o interesse de todos os indivíduos da mesma forma, pode ser perversa: comparando um indivíduo aleijado com um não-aleijado, e supondo que o aleijado obtém a metade do nível de utilidade do não-aleijado como resposta ao recebimento de determinado valor em renda; a distribuição utilitarista daria mais renda ao segundo indivíduo do que ao primeiro pois, para a mesma quantidade de renda, a utilidade marginal deste seria maior do que a daquele. Desta forma, argumenta o autor, o indivíduo aleijado ficaria duplamente em pior situação: além de obter menos utilidade a partir de determinado nível de renda, receberia uma renda menor do que a do indivíduo não-aleijado.

Outro problema apontado por Sen (1979) na identificação do bem-estar com a utilidade é que este critério é deveras abstrato, e pode variar dependendo do que se assume como representado a utilidade. Este problema, conforme o autor, requer a definição de um critério mais objetivo para representar o bem-estar. “What is required is the denial that a person’s well-being be judged exclusively in terms of his or her utilities” (SEN, 1989, p. 212).

De acordo com Sen (2001), uma forma encontrada pela economia do bem-estar para tornar a equidade utilitária mais objetiva foi pressupor que o vetor de rendas é o que determina o bem-estar social. O autor chama este tratamento de “avaliação da desigualdade baseada no bem-estar”. Assim, “o bem-estar social foi considerado como a soma total das utilidades individuais, e cada utilidade individual foi considerada como uma função da renda do indivíduo” (SEN, 2001, p. 154). Uma distribuição equitativa, neste caso, deve ser aquela que maximiza a utilidade total dos indivíduos através da renda.

Sen (2001) concorda que não há problemas relacionados a esta abordagem, desde que se considere que o bem-estar social é uma função apenas do vetor de rendas, e que para qualquer montante de renda total, uma distribuição igual desta renda deve maximizar o bem-estar social.

Porém, Sen (2000, 2001) adverte que entender a conversão de renda em bem-estar é uma forma muito estreita de se analisar a diversidade individual. Conforme o autor, considerar que todas as pessoas convertem determinado nível de renda na mesma “quantidade” de bem-estar, é negar a presença das diversidades entre elas.

A nível prático, a maior dificuldade na análise do bem-estar baseada no rendimento real talvez resida na diversidade dos seres humanos. Diferenças de idade, de gênero, de dotes próprios, de carências, de propensão para a doença, etc. podem fazer com que duas pessoas tenham oportunidades ou qualidade de vida completamente divergentes, mesmo quando compartilham exatamente o mesmo cabaz de bens (SEN, 2000, p. 20).

Desta forma, Sen (2000) elenca cinco fontes diferentes de variação entre os rendimentos das diferentes pessoas e a sua conversão em bem-estar: *i) heterogeneidades pessoais*, como as características físicas, por exemplo; *ii) diversidades ecológicas*, como variações no clima ou poluição; *iii) variações no clima social*, como a criminalidade; *iv) diferenças nas perspectivas relacionais*, como ser relativamente pobre em uma comunidade rica, por exemplo; e *v) distribuição no seio da família*, referindo-se à distribuição interna dos rendimentos no núcleo familiar.

É justamente no respeito às diversidades individuais que reside a diferença entre a *igualdade* e a *equidade*: enquanto de acordo com o primeiro termo todos devem receber exatamente o mesmo resultado, sem levar em conta as diferenças individuais, o segundo termo quer dizer que todos devem receber os resultados de acordo com as suas necessidades¹¹ (LE GRAND, 1991).

Admitir a diversidade entre as pessoas, portanto, requer uma abordagem que vá além da identificação do bem-estar com a utilidade ou com os rendimentos¹². Uma concepção pluralista dos valores morais exige que a liber-

¹¹ Um exemplo simples que pode deixar mais clara a distinção entre a *igualdade* e a *equidade* é o dos sapatos: embora cada indivíduo necessite de um par de sapatos composto de um pé direito e um pé esquerdo se, dentre um grupo diverso de pessoas, todos tirarem os seus sapatos, colocando-os em uma pilha, e depois cada um retirar aleatoriamente um par de sapatos dela, mesmo que cada um fique com um pé direito e um esquerdo, é pouquíssimo provável que os pares de sapatos sirvam adequadamente às pessoas, pois cada uma delas precisa dos “sapatos certos” (EVANS e HACKMANN, 2008).

¹² A abordagem de John Rawls, a respeito dos bens primários, apresenta um progresso em relação ao entendimento do bem-estar como renda, por apresentar um quadro mais vasto dos recursos que as pessoas necessitam (SEN, 2000), embora também possua limitações (ver: Sen, 1979).

dade e os direitos dos indivíduos também sejam levados em conta (SEN, 1979, 2000, 2001). Assim, Sen (1979, 2000) apresenta a abordagem dos *funcionamentos* e das *capacitações* como uma alternativa.

O conceito de “funcionamentos”, com as suas raízes claramente aristotélicas, reflete as várias coisas cujo exercício ou posse uma pessoa pode valorizar. Os funcionamentos variam desde os elementares, como alimentar-se convenientemente e estar ao abrigo das doenças evitáveis, até atividades muito complexas ou a condições pessoais, como tomar parte na vida social ter auto-estima (SEN, 2000, p. 21-22).

Os funcionamentos de uma pessoa referem-se às realizações que essa pessoa é capaz de executar. E as capacitações indicam o que as pessoas são livres para fazer. Assim, as capacitações básicas referem-se ao fato de determinada pessoa ser capaz de realizar coisas básicas, como atender à exigências nutricionais, por exemplo (SEN, 1979, 2000). Sen (1979, 2000) propõe então que a equidade entre os indivíduos respeite o critério da igualdade de capacitações básicas.

A principal vantagem da igualdade de capacitações básicas é levar em consideração a diversidade individual e, mais do que isso, respeitar a urgência relativa que cada indivíduo tem em realizar certos funcionamentos. Esta abordagem leva em consideração tanto a renda quanto os direitos, liberdades, oportunidades, respeito e todas as coisas que são boas para cada indivíduo. Além disso, possui uma clara vantagem sobre a abordagem utilitária, pois não está focada nas reações mentais das pessoas, mas sim em sua efetiva realização (SEN, 1979).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do bem-estar amparou-se fortemente no conceito de utilidade, entendendo que os estados e as ações dos indivíduos são bons se lhes produzem utilidade. Mesmo quando o utilitarismo foi criticado por não serem possíveis as comparações interpessoais de utilidades, o critério sobrevivente da economia do bem-estar - a otimalidade de Pareto – continuou sendo influenciado pelo cálculo utilitarista. Devido a este fato, os objetivos da eficiência e da equidade foram definidos, dentro da economia tradicional, em função da utilidade.

O filósofo e economista Amartya Sen criticou a abordagem utilitária por considerá-la monista, uma vez que, de acordo com esta abordagem, somente a utilidade possui valor intrínseco para as avaliações de bem-estar. Desta forma, o autor sugere uma abordagem pluralista, que leve em consideração também o papel desempenhado pelos direitos e liberdades individuais: os funcionamentos e as capacitações.

As capacitações humanas representam a liberdade que as diferentes pessoas devem possuir para alcançar combinações alternativas de funcionamentos, tais como alimentar-se e sentir-se livre de doenças, por exemplo. Assim, toda forma de privação das capacitações humanas representa perda de liberdade pessoal.

Desta forma, Sen (1979, 2000, 2001) entende que a equidade deve ser vista não como igualdade de utilidades marginais ou igualdade de rendimentos, mas como igualdade de capacitações básicas. As capacitações são vistas pelo autor como uma “ponte” entre a renda de determinada pessoa e o bem-estar, que é o que ela pode realizar. Esta abordagem, portanto, respeita a diversidade entre as pessoas: uma vez que as pessoas possuem uma série de heterogeneidades entre si, o conjunto de capacitações de cada uma é diverso.

Assim, através da aproximação da economia tradicional com a abordagem moral e ética de Amartya Sen, os conceitos de eficiência e equidade podem ser reinterpretados. Respeitando tal reinterpretação, fornecida através da abordagem dos funcionamentos e das capacitações, a equidade e a eficiência não necessariamente serão conflitantes entre si, uma vez que, dada a diversidade humana, cada indivíduo possui seu próprio conjunto de capacitações, que lhe permite exercer os seus próprios funcionamentos.

ABSTRACT: The way they understand the objectives of efficiency and equity in welfare economics is strongly anchored to the concepts of utility and Pareto optimality. Thus, economic efficiency is identified with Pareto efficiency, and does not incorporate distributional issues. Fairness, in turn, depends on how economists interpret welfare, and would refer to equality between the marginal utilities or income equality among individuals. The main objective of this study is to present some criticisms and contributions of the economist and philosopher Amartya Sen to the concepts of efficiency and equity in the economy. According to this author, the analysis of both concepts can be enriched with a rapprochement between ethics and economics. For this, the author suggests a pluralistic approach that incorporates the notions of rights and freedoms of individuals, replacing the monistic approach of utility.

KEY WORDS: efficiency, equity, utilitarianism, functionings, capabilities.

REFERÊNCIAS

- EVANS, N. J; HACKMANN, D. G. Law, Equity, and Equality. In: Hywanah Lynn Bradman Iowa State University. 2008.
- HAUSMAN, D; MCPHERSON, M. **Economic Analysis, Moral Philosophy and Public Policy**. 2. Ed. New York: Cambridge University Press, 2006.
- JEVONS, W. S. **A Teoria da Economia Política**. Abril Cultural (Os Economistas). São Paulo. 1983. [1835].
- LE GRAND, J. **Equity and choice: an essay in economics and applied philosophy**. London: Harper & Collins, 1991.
- SAMUELSON, P. A. **Introdução à Análise Econômica II**. AGIR/MEC. 7. ed. Rio de Janeiro, 1972.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SEN, A. Economia do bem-estar e desigualdade. In: _____ **Desigualdade Reexaminada**. Trad: Ricardo Donielli Mendes. São Paulo: Ed. Record, 2001.
- SEN, A. **Sobre Ética e Economia**. Companhia das Letras. 7ª ed. São Paulo. 2008.
- SEN, A. Well Being, agency and freedom (the Dewey Lectures, 1984). **The Journal of Philosophy**. V. 82, n. 4, p. 169-221, 1985.
- SEN, A. Equality of What? **The Tanner Lectures on Human Values**. 1979.
- SEN, A; WILLIAMS, B. Introduction: Utilitarianism and Beyond. In: _____. **Utilitarianism and Beyond**. Cambridge University Press. 1983.
- VARIAN, H. R. **Microeconomia: princípios básicos**. Campus, 6. ed. Rio de Janeiro. 2003.